



Processo nº 916/03

APENSOS Nºs. 010.000.940/05 (Ap.1) e 030.004.675/03 (Ap. 2)

Relator: Auditor José Roberto de Paiva Martins

Parecer nº 0096/2009 – IMF

Ementa: Tomada de contas especial inicialmente promovida pela Secretaria de Estado Extraordinária de Previdência do Distrito Federal com o intuito de apurar denúncia feita por emissora de televisão a respeito de ex-servidora daquela Secretaria, que não teria comparecido ao local de trabalho durante o período em que ocupou o cargo de Assessora, cód. DFA-10. Citação. Defesa e Razões de Justificativas. Improcedência. Pelo recolhimento do valor do débito e aplicação de penalidades. Cientificação. Parecer convergente do Ministério Público.

Tratam os autos da tomada de contas especial promovida pela Secretaria de Estado Extraordinária de Previdência do Distrito Federal com o intuito de apurar denúncia feita por emissora de televisão a respeito de ex-servidora daquela Secretaria, que não teria comparecido ao local de trabalho durante o período em que ocupou o cargo de Assessora, cód. DFA-10,

2. Por meio da Decisão nº 2605/2008, de fls. 165, este c. Tribunal assim se manifestou, "ipsis litteris":

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento das contas em apreço, relevando o atraso na sua remessa; II. determinar, nos termos do inciso II do art. 13 da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 172 do RI/TCDF, a citação dos envolvidos mencionados no parágrafo 28 da instrução, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa em virtude dos fatos a eles



imputados nos autos, ante a possibilidade de serem declarados responsáveis solidários pelo débito apurado; III. determinar, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei Complementar nº 1/94, a audiência do Chefe de Gabinete nominado no parágrafo 26 da instrução, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente razões de justificativas quanto ao fato que lhe é imputado nos autos, ante a possibilidade de aplicação das sanções insculpidas nos arts. 57 e 60 da mesma lei; IV. restituir os autos à 2ª ICE."

3. Segundo a unidade instrutiva os defendentes foram responsabilizados pelos motivos indicados na Informação nº. 006/08, de fls. 146/154, especialmente os relacionados nos seus parágrafos 18/28, a seguir transcritos, "ipsis litteris":

"18 Do cotejo dos elementos constitutivos dos autos restou efetivamente demonstrado nas apurações realizadas pela comissão tomadora que, conforme informam os depoimentos constantes dos autos, a ex-servidora MARIA EPIFÂNIA GOMES BARREIRA recebeu sem comparecer ao trabalho. Por conseqüência, deverá devolver os valores irregularmente recebidos.

19 Por sua vez, JOÃO BATISTA DE PAULO concorreu para o resultado danoso verificado ao atestar a folha de ponto da referida ex-servidora, por todo o período, permitindo que o pagamento fosse realizado, devendo responder, solidariamente pelo valor do débito, conforme prescreve o art. 942, segunda parte, e seu parágrafo único, do Código Civil Brasileiro.

20 Com efeito, restou comprovado nos autos que se apresenta procedente a denúncia veiculada pela reportagem no sentido de que a ex-servidora não trabalhou no dia 10/03/03. De igual modo não trabalhou no dia 11, como ela própria admite em seu depoimento de fls. 17/20-Ap., dia de sua exoneração. Entretanto, a sua folha de ponto foi indevidamente atestada pelo Chefe de Gabinete como efetivo exercício, demonstrando a fragilidade no controle que este exercia e acenando para a hipótese de que também houve atesto indevido em outros períodos, conforme evidenciam os documentos e depoimentos que compõem os autos.

21 Como corolário, as folhas de ponto atestadas perdem a condição de comprovar a prestação



dos serviços, porquanto os vários depoimentos constantes nos autos evidenciam que a referida ex-servidora era vista "algumas vezes" no local de trabalho.

22 As provas produzidas durante as apurações pela comissão tomadora permitem concluir que a referida ex-servidora prestou declarações inverídicas com o fim de tentar comprovar que trabalhou no período entre jul/01 a mar/03, sem, no entanto, atingir o fim colimado, em razão dos documentos e dos vários depoimentos constantes dos autos, o que retira a credibilidade de suas declarações.

23 A quase totalidade dos depoimentos nos conduz à conclusão de que a referida ex-servidora foi vista apenas "algumas vezes", permitindo inferir que, em uma repartição composta de cinco ou seis salas, reduzido número de servidores e em razoável lapso de tempo, não houvesse atestação de sua presença nas dependências daquela Secretaria por seus colegas de trabalho. Os próprios motoristas encarregados de conduzir os servidores aos diversos órgãos, visando atender aos serviços externos, declararam no mesmo sentido. Estes fatos denotam que os serviços não foram prestados pela ex-servidora e a atestação da sua folha de ponto foi indevida, não possuindo consistência probatória.

24 Alie-se a esse fato, que a ex-servidora não foi reconhecida nas fotos constantes do Laudo de Exame em Material Videofonográfico nº. 8.833/03, de fls. 86/108-Ap., por cerca de oito servidores, que não sabiam quem era a investigada.

25 As apurações encetadas pela comissão tomadora concluíram pela inexistência de provas documentais que comprovassem o trabalho desenvolvido pela ex-servidora, por tão longo espaço de tempo, pois, não se constatou que tivesse assinado algum livro de protocolo ou de entrada e saída em órgãos públicos, o que corrobora o entendimento de que a mesma não comparecia ao trabalho.

26 O nexo de causalidade entre a conduta do Chefe de Gabinete JOÃO BATISTA DE PAULO e o prejuízo experimentado resta caracterizado pela atestação indevida da folha de ponto de servidor que não comparecia ao trabalho, concorrendo diretamente



para que o pagamento dos salários fosse realizado.

27 *A atestação indevida e ilegal da folha de ponto caracteriza grave infração à norma legal, estando o referido Chefe de Gabinete passível de ser apenado com a aplicação da multa insculpida no inc. II do art. 57 da LC nº. 1/94. Ressaltamos, ainda, que já foi remetido cópia dos autos ao Sr. Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para conhecimento dos fatos pela 3ª PRODEP, por meio da Decisão nº. 3857/2005.*

28 *Diante das ponderações anteriormente tecidas e das constantes do Relatório de fls. 94/125-Ap., concluímos que houve enriquecimento sem causa da ex-servidora MARIA EPIFÂNIA GOMES BARREIRA, propiciado pelo atesto indevido de suas folhas de ponto, no período de jul/01 a mar/03, por parte do Chefe de Gabinete JOÃO BATISTA DE PAULO, os quais deverão ser responsabilizados solidariamente.”.*

4. Em sua defesa conjunta de fls. 168, os defendentes contradizem ponto por ponto os itens constantes do relatório produzido pela comissão tomadora, que não foi acatado em sua íntegra por este c. Tribunal.

5. Das alegações tecidas, a Instrução analisou as mais relevantes, sem perder de vista os motivos que este c. Tribunal considerou para a responsabilização dos defendentes.

6. Quanto ao fato de a comissão tomadora ter apresentado como fundamento para legitimar a sua pretensão punitiva na necessidade de os defendentes estarem obrigados a prestarem contas, tal assertiva não procede, vez que a Comissão apenas teceu comentário sobre o conceito de tomada de contas especial e quais as hipóteses que poderiam demandar a sua instauração.

7. Como bem assinalou o corpo técnico, a comissão tomadora justificou a instauração da tomada de contas especial em razão da existência de um ato ilegal, ou seja, recebimento de recursos públicos pela contraprestação de um serviço que não teria sido realizado. Portanto, estão presentes os pressupostos para a existência do procedimento instaurado.

8. Argumentam os defendentes que as oitivas das pessoas chamadas a prestar depoimentos são no sentido de comprovar que



conheciam a defendente; que a viam sempre no local de trabalho; que quando não estava na ante-sala do Chefe de Gabinete, estava cumprindo suas funções específicas, de entrega de processos e/ou documentos para outros Órgãos do GDF; que o serviço que fazia era de caráter externo.

9. A este respeito, a unidade instrutiva aduziu que nos depoimentos prestados não se pode inferir que a defendente era sempre vista no local de trabalho, mas restou evidenciado que foi vista "**algumas vezes**" no local de trabalho; apenas para exemplificar, o Sr. Djalma declarou que trabalhava na ante-sala e viu algumas vezes a defendente passar para falar com o Chefe de Gabinete e/ou assinar ponto em sua sala (fls. 104-Ap 1).

10. Acrescentou que não se pode afirmar que a defendente trabalhou diuturnamente para a Secretaria de Previdência, pois a maioria dos servidores confirmou este fato. Assinalou ainda que a quase totalidade dos depoimentos conduz à conclusão de que a referida ex-servidora foi vista apenas "**algumas vezes**" e que não poderiam afirmar se trabalhava ou não naquela Secretaria, permitindo inferir que, em uma repartição composta de cinco ou seis salas, reduzido número de servidores e em razoável lapso de tempo, não houvesse atestação de sua presença nas dependências daquela Secretaria por seus colegas de trabalho. Os próprios motoristas encarregados de conduzir os servidores aos diversos órgãos, visando atender aos serviços externos, declararam no mesmo sentido. Estes fatos denotam que os serviços não foram prestados pela ex-servidora e a atestação da sua folha de ponto foi indevida, não possuindo consistência probatória.

11. Ademais asseverou que a ex-servidora sequer foi reconhecida nas fotos constantes do Laudo de Exame em Material Videofonográfico nº. 8.833/03, de fls. 86/108-Ap. 2, por cerca de oito servidores, que não sabiam quem era a investigada.

12. Destacou que as apurações encetadas pela comissão tomadora concluíram pela inexistência de provas documentais que comprovassem o trabalho desenvolvido pela ex-servidora, por tão longo espaço de tempo, pois, não se constatou que tivesse assinado algum livro de protocolo ou de entrada e saída em órgãos públicos, o que corrobora o entendimento de que a mesma não comparecia ao trabalho. Tanto que restou comprovado nos autos que a ex-servidora não trabalhou no dia 10/03/03, e, de igual modo, não trabalhou também no dia 11, como ela própria admite em seu depoimento de fls. 18/20-Ap. 1, dia de sua exoneração. Entretanto, a sua folha de ponto foi indevidamente atestada pelo Chefe de Gabinete como efetivo exercício, demonstrando a



fragilidade no controle que este exercia e acenando para a hipótese de que também houve atesto indevido em outros períodos, conforme evidenciam os documentos e depoimentos que compõem os autos. Como corolário, aduziu que as folhas de ponto atestadas perdem a condição de comprovar a prestação dos serviços, ainda, porquanto os vários depoimentos constantes nos autos evidenciam que a referida ex-servidora era vista "algumas vezes" no local de trabalho.

13. Ponderou que não se trata aqui de por em dúvida a certeza dos fatos, referindo-se às folhas de ponto, que é de natureza objetiva ou negar competência ao Chefe de Gabinete de atestar as folhas de ponto, como alegam os defendentes, mas que os fatos conduzem à conclusão de que as mesmas foram atestadas de modo indevido e contrária à prova dos autos, razão de sua responsabilização solidária.

14. Adiante a unidade instrutiva procurou rebater um a um os demais pontos levados a efeito pelos defendentes, nos termos a seguir delineados:

- O argumento de que a comissão tomadora nega os atos conferidos às demais Secretarias de Estado, com a SGA e a Fazenda, quando analisaram as folhas de ponto, não se apresenta procedente, uma vez que o ato de atestação das folhas de ponto está sob a responsabilidade da Secretaria de Previdência;
- Os argumentos tecidos a respeito da instauração de outra tomada de contas especial apresentam despidos de procedência, vez que a nova tomada de contas foi instaurada objetivando a apuração da totalidade dos fatos que envolveram a matéria, não havendo óbice à repetição das apurações até que os fatos estejam apurados em sua totalidade. Tal fato representa uma garantia para a parte de que não houve apuração falha dos fatos;
- A argumentação de que a comissão tomadora entendeu bastante para comprovar a presença da defendente ao trabalho, o fato da atestação da folha de ponto pelo seu superior hierárquico, carece de procedência uma vez que aquela comissão utilizou-se desta expressão para evidenciar que a atestação era indevida;
- A alegação de que fora colocada em dúvida a honorabilidade e a competência funcional do Chefe de Gabinete não procede, uma vez que se verifica nos autos que as provas produzidas conduzem para a ilegitimidade do ato de atestação;
- Os argumentos trazidos à baila pelos defendentes de que



os serviços foram comprovadamente prestados pela defendente apresentam-se totalmente improcedentes uma vez que as provas e depoimentos que compõem os autos são no sentido de que não há registro de nenhum documento ou registro que comprove que o trabalho foi realizado;

- Os depoimentos, à exceção de Anaílton Vicente de Paula, que não estava compromissado por ser irmão do Chefe de Gabinete, são unânimes em afirmar que a defendente foi vista “algumas vezes” no local de trabalho e que não poderiam afirmar se trabalhava ou não naquela Secretaria;

- O argumento de que o trabalho da defendente foi desenvolvido não merece prosperar uma vez que as apurações concluíram pela inexistência de provas documentais que comprovassem o trabalho desenvolvido pela ex-servidora, por tão longo espaço de tempo, pois, não se constatou que tivesse assinado algum livro de protocolo ou de entrada e saída em órgãos públicos, o que corrobora o entendimento de que a mesma não comparecia ao trabalho.

- O argumento dos defendentes de que o controle da presença no trabalho não era frágil como assevera a comissão tomadora, não merece prosperar uma vez que, além das razões expendidas anteriormente, os próprios motoristas encarregados de conduzir os servidores aos diversos órgãos, visando atender aos serviços externos, declararam que nunca conduziram a defendente a nenhum órgão do GDF. Estes fatos denotam que os serviços não foram prestados pela ex-servidora e a atestação da sua folha de ponto foi indevida, não possuindo consistência probatória, nem foi objeto de mera suposição.

- Os argumentos sobre a licitude da prova conseguida pela reportagem, a Instrução aduziu que se trata de um elemento probatório submetido à perícia técnica, que não foi valorada isoladamente, mas corroborado pelas demais provas produzidas nos autos, atestando a autenticidade dos fatos.

- Lembrou o órgão instrutivo que a falta ao trabalho foi constatada não só pela reportagem, mas a partir das provas produzidas durante as apurações pela comissão tomadora;

- Quanto não haver registro de reclamação, advertência



e/ou punições contra a prestação dos serviços da ex-servidora, o que faz concluir pela sua efetiva realização durante o tempo em que esteve vinculada à SEPREV, a instrução aduziu que, por óbvio, não é o fato de não ter havido punições na ficha funcional da defendente que comprova que trabalhou diuturnamente naquela Secretaria, pelo contrário permite inferir que nunca trabalhou no órgão, tanto é que não recebeu punição nem elogio.

- O corpo instrutivo assinalou que não condiz com a verdade dos fatos a ilação dos defendentes de que houve insinuação da comissão tomadora quando afirmou que assinar a folha de ponto não significa exercer a sua função, porquanto, a afirmativa da comissão foi no sentido de constatar que uma pessoa, durante dois anos, ao assinar o ponto, deveria ser vista pelos demais funcionários que trabalhavam juntos, o que não ocorreu. Desta forma, apresenta-se improcedente a argumentação tecida pelos defendentes, uma vez que utilizou-se de parte de argumento expendido, objetivando transmutar os fatos de acordo com o seu interesse.

- O Sr. Geraldo Albertino de Freitas afirmou, em seu depoimento de fls. 66/67-Ap. 1, que não sabe dizer em que local Maria Epifânia trabalhava na SEPREV; que não se recorda de ter levado Maria Epifânia a qualquer órgão do DF; que chegou a ir à casa do Secretário e já encontrou Maria Epifânia lá; que via Maria Epifânia de vez em quando na SEPREV; que nunca viu Maria Epifânia fazendo serviço externo; que o depoente era o único motorista do expediente; que quem andava com o depoente para fazer entrega dos processos era o Venceslau; que antes da reportagem não sabia que Maria Epifânia trabalhava na SEPREV.

15. Em seguida o corpo técnico concluiu o que segue:

- ante o antagonismo das declarações não se pode atribuir consistência probatória a tal depoimento, por conter declarações contrárias à realidade dos fatos.

- Quanto às dúvidas suscitadas quanto ao valor dado à reportagem, entendeu que as mesmas não procedem, uma vez que a reportagem, cujo Laudo Técnico de degravação foi acostado às fls. 86/108-Ap. 2, demonstrou a ocorrência de um fato que veio a ser comprovado pelo



próprio depoimento da defendente, e, considerada juntamente com as demais provas existentes nos autos, constituiu em elemento de prova suficiente para demonstrar que a defendente não trabalhou nos dias 10 e 11/03/03. O período restante teve comprovação baseada em outras provas produzidas nos autos.

- não se apresentam procedentes as argumentações dos defendentes no sentido de que não houve prejuízo ao Estado, porquanto os dias 10 e 11 foram abonados pelo seu superior hierárquico, então Chefe de Gabinete João Batista de Paulo. A liberação da assinatura da folha de ponto nos dias 10 e 11, como no período restante, não encontra amparo na legislação pertinente, uma vez que foi praticado de forma graciosa, ou seja, sem o cumprimento dos requisitos legais necessários para sua concessão. Ao atestar indevidamente as folhas de ponto, o Sr. Chefe de Gabinete contribuiu para o dano ocasionado ao Estado, porquanto foi essa atestação que possibilitou o pagamento indevido. Portanto, resta cristalinamente estabelecido o nexos causal entre a sua conduta e o prejuízo experimentado, razão pela qual deverá recompor o erário, de forma solidária.

- A responsabilização dos defendentes ocorreu com fundamento no conjunto probatório existente nos autos, não procedendo a alegação de que esta ou aquela prova foi descartada ou não mereceu a devida atenção.

- Quanto à defesa do Servidor Milton de Melo por não fazer parte do rol dos responsáveis, conforme estabelecido na Decisão nº. 2605/2008, de fls. 165, a análise deixou de ser feita.

- Não se deve prosperar o argumento de que não houve prejuízo ao erário vez que restou comprovado que houve pagamento de salários sem a devida contraprestação dos serviços;

- os defendentes não conseguiram comprovar que não deram azo ao prejuízo e às irregularidades administrativas cometidas, razão pela qual a defesa conjunta deverá ser considerada improcedente, devendo os mesmos recompor o erário de forma solidária.

16. A conclusão levada a efeito pela CTCE e pelo corpo instrutivo de que inexistem outras provas documentais que comprovem o trabalho desenvolvido pela ex-servidora, entre o período de 2001 a 2003, vem a ratificar o posicionamento deste Parquet externado nos Pareceres



nºs 614/2005 – IMF e 320/2008 – IMF.

17. Naquela ocasião, este membro do *Parquet* posicionou-se no sentido de que as folhas de ponto assinadas religiosamente pela ex-servidora e apresentadas como prova de que a mesma realmente trabalhou, demonstravam-se frágeis, se não tivessem sido respaldadas em outros atos que comprovassem a participação da servidora na repartição pública, até porque, estava devidamente comprovado que a mesma não havia comparecido à Secretaria da Previdência nos dias 10 e 11 de março de 2003, e mesmo, assim, a folha de frequência encontrava-se assinada e atestada pela autoridade superior hierárquica.

18. E pelo visto, nada alterou, basta observar as conclusões trazidas a efeito pela unidade de apoio, as quais não merecem quaisquer reparos.

19. Feitas essas considerações, este membro do *Parquet* especializado alinha com as sugestões ofertadas pela Instrução de fl. 245.

É o parecer.

Brasília, 16 de fevereiro de 2009.

Inácio Magalhães Filho
Procurador